



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ**

**GRUPO DE PESQUISA DISCURSO,
COTIDIANO E PRÁTICAS
CULTURAIS - GRUPO DISCUTA**

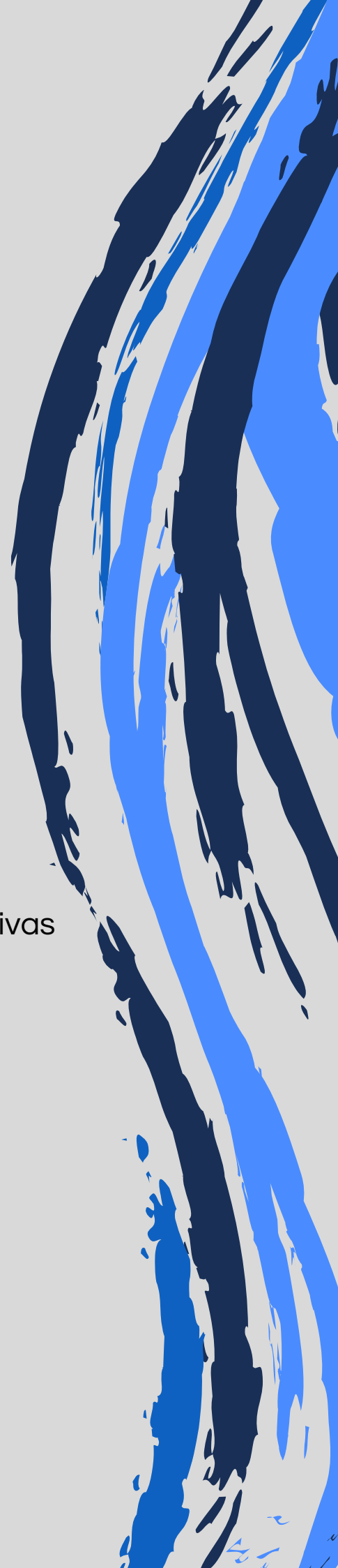
ANAIS DO II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas



**REALIZADO DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2020**

**FORTALEZA
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

REITOR

Prof. Dr. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

VICE-REITOR

Prof. Dr. José Glauco Lobo Filho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Jorge Herbert Soares de Lira

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETOR DO CENTRO

Prof. Dr. Cícero Anastácio Araújo de Miranda

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva

DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS

CHEFE DO DEPARTAMENTO

Profa. Dra. Maria Clara Gomes Mathias Cavalcanti

SUBCHEFE

Profa. Dra. Mônica de Souza Serafim

COORDENADORA DO CURSO DE LETRAS

Profa. Dra. Irenísia Torres de Oliveira

GRUPO DE PESQUISA DISCURSO, COTIDIANO E PRÁTICAS CULTURAIS - GRUPO DISCUTA

LÍDER

Profa. Dra. Mara das Dores Nogueira Mendes

VICE-LÍDER

Prof. Dr. Nelson Barros da Costa

MARIA DAS DORES NOGUEIRA MENDES
NELSON BARROS DA COSTA
LIA RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE
MARIA CLARA GOMES MATHIAS CAVALCANTI
(ORGANIZADORES DO EVENTO)

ANAIS DO II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

2021

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Maria das Dores Nogueira Mendes

Nelson Barros da Costa

José Wesley Vieira Matos

Gabriel Moreira Peixoto

Maria Bianca da Silva Marques

EDITORAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

Gabriel Moreira Peixoto

José Wesley Vieira Matos

Lia Raquel Vieira de Andrade

Luana Ribeiro de Lima

Maria Bianca da Silva Marques

Maria Clara Gomes Mathias Cavalcanti

Maria das Dores Nogueira Mendes

Maria Nielma Gonçalves Belo

Nelson Barros da Costa

Raquel Furtado de Mesquita

Romulo Reinaldo Santos do Nascimento

Mendes, Maria das Dores Nogueira;
Costa, Nelson Barros da;
Matos, José Wesley Vieira;
Peixoto, Gabriel Moreira;
Marques, Maria Bianca da Silva.

Anais do II Colóquio Discurso e Práticas Culturais. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) – Departamento de Letras Vernáculas (DLV) – Grupo de Pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais (Grupo Discuta), 2021.
735 p.

ISSN: 2764-0132

1. Discurso. 2. Práticas Culturais. 3. Verdade. 4. Interculturalidade. 5. Inclusão.

CDD: 410

**TODOS OS ARTIGOS DESTE VOLUME FORAM
ELABORADOS POR SEUS AUTORES/AS, NÃO
CABENDO QUALQUER RESPONSABILIDADE SOBRE
SEU CONTEÚDO À COMISSÃO ORGANIZADORA DO
EVENTO.**

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Maria das Dores Nogueira Mendes

Nelson Barros da Costa

Lia Raquel Vieira de Andrade

Maria Clara Gomes Mathias Cavalcanti

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Acsa de Sales Albuquerque de Sousa

Ana Cherlanny Cardoso de Freitas

Ana Joyce Mesquita Félix

Andressa Kelly França Fuentes

Dayra Rodrigues Firme

Débora Helen de Oliveira

Eduardo Carvalho de Almeida

Francisca Jocineide de Alencar Silva

Gabriel Moreira Peixoto

Germana Moreira Lima

Giselly Kilvia Oliveira Aguiar

José Wesley Vieira Matos

Lia Raquel Vieira de Andrade

Luana Ribeiro de Lima

Lucas Rodrigues Memória Ávila

Marcella Barreto Caulliraux

Maria Bianca da Silva Marques

Maria Clara Gomes Mathias Cavalcanti

Maria das Dores Nogueira Mendes

Maria Nielma Gonçalves Belo

Nelson Barros da Costa

Raquel Furtado de Mesquita

Rômulo Reinaldo Santos do Nascimento

Thayane Gonçalves Dantas

Yasmin dos Santos Lima



UM EVENTO ENTRE A RUPTURA E A MEMÓRIA

*Em lembrança a todas as pessoas que
foram vitimadas pelos agentes
naturais e políticos da pandemia da
covid-19.*

"O membro de uma coletividade [...] organizada em termos objetivo-materiais vivencia a fome de modo totalmente diferente. Nesse caso, prevalecerão na vivência os tons de protesto ativo e confiante, e não haverá espaço para entonações de resignação e de submissão. Além disso, o terreno será mais fértil para a clareza ideológica e o acabamento da vivência"

Valentin Volóchinov



APRESENTAÇÃO

O II Colóquio Discurso e Práticas Culturais – Dipracs, organizado pelo Grupo de Pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais (Grupo Discuta), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), com apoio da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), teve como principal intuito contribuir com o debate de inquietantes questões, potencializadas pela quase onipresença das redes sociais, como a propagação do discurso de ódio e da intolerância, a manipulação de grandes massas em eventos eleitorais e plebiscitários, a “pós-verdade” e as “fake news”, o avanço de políticas racistas, misóginas, transfóbicas, anticulturais e anticientíficas, a formação das “bolhas” ideológicas, a censura e a perseguição às artes, o crescimento do fundamentalismo religioso, dentre outras.

A esse já temível quadro, vem se somar, desde março de 2020, a crise sanitária em decorrência da pandemia do novo coronavírus a qual trouxe a todos, sobretudo aos mais vulneráveis, dificuldades de diversas ordens que inviabilizaram a realização do evento no modo presencial e na data prevista inicialmente (24, 25 e 26 de junho). Esse momento bio-sócio-histórico que ainda vivenciamos só ressalta a relevância de muitos dos temas apresentados e traz à baila outros como a apropriação do discurso médico e dos números pela mídia, o qual se torna objeto de polêmica entre Presidente da República, Ministros da Saúde e Governadores de estados no que tange às políticas públicas relacionadas à economia, ao isolamento social, ao desenvolvimento de vacinas, enfim, à gestão da vida e da morte e a outras problemáticas dela decorrentes, como o ensino remoto, a violência doméstica, a saúde mental, etc. Ante a profusão de tão urgentes demandas, nós, do Grupo Discuta, apesar de isolados, não pudemos permanecer parados em uma interioridade estéril

APRESENTAÇÃO

e resolvemos realizar o II Dipracs de forma totalmente online, ainda para refletir sobre o tema Verdade, Interculturalidade e Práticas Inclusivas, mas também como forma de combater intelectualmente aqueles que negam a doença. Assim, com o mesmo corpo de convidados, intencionamos oferecer a todos participantes, que acreditaram na nossa proposta, a ocasião de desfrutarem de uma ampla variedade de pesquisas atuais, em diversas abordagens teóricas e de interagir com estudiosos de renome nacional, além de assistirem a uma programação cultural e de fazerem resistência a políticas anticientificistas, antiartísticas, negacionistas e genocidas que fomentam diferentes formas de autoritarismo, eliminação, exclusão e preconceito.

A realização do II Dipracs online, portanto, refletiu a preocupação dos pesquisadores em aproximar os estudos discursivos dos problemas reais enfrentados pela sociedade contemporânea. Certos de que as discussões aqui realizadas se constituíram para nós como um alento e uma força diante dos desafios que se impõem neste momento bio-sócio-histórico, os organizadores do II Dipracs saúdam com grande entusiasmo e esperança todos aqueles que compartilham conosco a paixão por uma atuação crítica e que acreditam em uma mudança social. Que nós, organizadores e participantes, possamos, além do conhecimento acadêmico, mesmo sem sair de casa, sem nos aglomerarmos e nos abraçarmos, ser enriquecidos também da certeza de que sempre teremos “coisas novas pra dizer” e de que, enquanto houver “tempo, espaço, corpo e alguma forma de dizer não”, discutiremos.

Profa. Dra. Maria das Dores Nogueira Mendes
Coordenadora do II Dipracs e Líder do Grupo Discuta



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

ROMANTIZAR OU NÃO ROMANTIZAR: O EQUILÍBRIO PRECÁRIO ENTRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NOS TEXTOS DE AUDIODESCRIÇÃO

Ingrid Souza de Freitas
(Universidade de Vigo/Instituto Politécnico de Bragança)
(ingridfreitas94@hotmail.com)

Cláudia Susana Nunes Martins
(Instituto Politécnico de Bragança)
(claudiam@ipb.pt)

Resumo: Com o aumento da visibilidade de grupos minoritários, nomeadamente, pessoas com deficiência sensorial em espaços culturais, tradutores deparam-se frequentemente com paradoxos linguísticos aquando da construção textual. A audiodescrição, uma das modalidades sustentadas pelos princípios da Tradução Audiovisual e que objetiva incluir pessoas cegas ou com baixa visão em contextos artístico-culturais, é caracterizada por Motta & Romeu (2010) como “uma atividade de mediação linguística (...) que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar” (p. 11). No âmbito museológico, reflete-se muito sobre a objetividade *versus* subjetividade nos textos, baseando-se na ideia de uma descrição simples e objetiva e, ao mesmo tempo, com uma narração rica em detalhes, capazes de recriar na imaginação o que está a ser descrito. O uso de uma linguagem mais objetiva é proposto por Axel et al. (1996) no guia *Art Beyond Sight*, onde refere a importância de uma “linguagem clara e precisa”. Esta ideia sobrepõe a ideia contrária de tornar o texto mais poético e vívido, empregando Pujol & Orero (2007) o recurso estilístico *ekphrasis*, onde utiliza-se uma descrição gráfica e dramática da obra. Neves (2008) aborda também a ideia de *sound painting*, conceito em que reforça a concepção de transformar imagens em palavras, a partir do uso de uma linguagem mais subjetiva, “romantizando” a descrição. A partir das perspectivas apresentadas, este trabalho pretende refletir sobre o uso dos diferentes estilos da escrita e o equilíbrio que o tradutor/audiodescritor deve encontrar face às questões linguísticas na composição de um texto.

Palavras-chave: Tradução Audiovisual; Acessibilidade Cultural; Audiodescrição; Objetividade; Subjetividade.



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

Contextualização teórica

Segundo o “Relatório Mundial Sobre a Deficiência”, publicado em 2011 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 1 bilhão de pessoas possuem alguma deficiência, isto é, em número estatísticos, 15% da população mundial. Destes dados, é possível identificar que cerca de 75 milhões de pessoas perderam totalmente a visão. Em outro levantamento feito pela OMS, mais de 2,2 bilhões de pessoas no mundo perderam parcialmente a visão, ou seja, pessoas que foram acometidas por doenças que poderiam ser tratadas com o uso de lente de contato, óculos de grau ou intervenção cirúrgica, como, por exemplo, miopia, astigmatismo ou hipermetropia.

Alguns anos antes deste primeiro relatório, a OMS classificou as diferentes deficiências a partir da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID, 1989), atual CIF, que definia a deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica” e tinha como consequência “a incapacidade como toda restrição ou falta (...) da capacidade de realizar uma atividade na forma ou na medida que se considera normal para um ser humano”. Estas limitações envolviam fatores em função da idade, sexo, questões sociais e culturais.

Em 1997, a OMS reformulou este conceito, apresentando um novo título “Classificação Internacional das Deficiências, Atividades e Participação: um manual da dimensão das incapacidades e da saúde” (CIDDDM-2), onde define a deficiência como “uma perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (fisiológica), incluindo as funções mentais”, enfatizando o apoio e a valorização das incapacidades e das limitações, através das interações das pessoas com deficiência e os fatores socioambientais.

Na linha destas considerações sobre a natureza da deficiência e as consequências que estas acarretam para a participação social, inúmeros autores refletem sobre os



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

possíveis obstáculos e barreiras à acessibilidade destes grupos, assim como sobre a forma como alcançar a inclusão.

Sassaki (1997, p. 3), uma das maiores referências teóricas no Brasil no âmbito da inclusão e acessibilidade, entende a inclusão como “o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. O mesmo autor reitera que a “inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (*ibidem*).

No âmbito social/cultural, algumas diretrizes e reflexões são abordadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) através do artigo n.º 27 da Declaração Internacional de Direitos Humanos (DUDH) de 1948, afirmando que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”. Tal declaração reforça a importância da participação ativa da sociedade em sua totalidade na vida cultural, eximindo possíveis discriminações motivadas por características sociais, intelectuais, psíquicas, fisiológicas e anatômicas, ou qualquer particularidade que classifique os indivíduos em um grupo minoritário.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 2015, foi instituída de modo “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” e proporcionar “direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Os mesmos princípios são garantidos em Portugal, através da Lei n.º 46/2006, onde assegura que “combater a discriminação com base na deficiência ou incapacidade é uma responsabilidade de todas e de todos”.



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

Tradução Audiovisual e mediação cultural

A Tradução Audiovisual, (TAV) por meio das suas diferentes modalidades, desempenha um papel fundamental na mediação cultural e social. No âmbito da acessibilidade, estas modalidades permitem um intermédio entre o contexto verbal e o visual, podendo ser integradas em espaços sociais e culturais, como, por exemplo, em cinemas, teatro, programas de televisão, a fim de tornar os diversos ambientes acessíveis para as pessoas com deficiência sensorial, ou seja, pessoas cegas ou com baixa visão, através de textos de audiodescrição (AD), e pessoas surdas ou ensurdecidas, por meio de legendagem para surdos (LSE) ou legendas adaptadas ou enriquecidas. Neste sentido, Romero-Fresco (2018) & Greco (2018), apresentam o conceito de *Media Accessibility* e Neves (2018) refere o tradutor como mediador de acesso universal.

Garcia, Mineiro & Neves (2017) definem acessibilidade como um viés para “proporcionar o pleno acesso às exposições, museus ou outros espaços culturais, dos públicos com deficiência sensorial, cognitiva ou públicos com condicionalismos linguísticos, culturais, económicos ou sociais”.

Autores como Dodd & Sandell (1998) e Sasaki (2005) apresentam algumas dimensões para concretizar a acessibilidade, para além da física. Por exemplo, os primeiros autores mencionam a acessibilidade cultural, informativa, financeira, emocional, intelectual, sensorial e acesso à tomada de decisões (Dodd & Sandell, 1998), ou seja, a participação ativa das pessoas com deficiência nos processos (e.g. participação das pessoas com deficiência visual na validação dos textos de audiodescrição).

Por outro lado, Sasaki (2005) propõe a acessibilidade arquitetônica (vai ao encontro da acessibilidade física proposta por Dodd & Sandell, ou seja, sem barreiras físicas), a comunicacional (sem barreiras na comunicação), a metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho e educação), a instrumental (sem barreiras nas ferramentas e instrumentos), a programática (sem barreiras nas políticas públicas,



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

legislações e normas) e a atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações).

No que se refere as ferramentas acessíveis promovidas pela TAV, Motta & Romeu (2010, p. 11) definem a Audiodescrição como “atividade de mediação linguística (...) que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação. Amplia o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos” (*ibidem*).

Os mesmos autores entendem a AD como um “recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras (...) eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como aulas, seminários, congressos...” (p. 11). Esta é reconhecida como um “recurso de tradução audiovisual, que trabalha com uma relação intersemiótica – transformando imagem em palavras – e se concretiza através da técnica de narração realizada por um audiodescritor-narrador” (p. 94).

Neves (2011) entende a AD como a “a arte de traduzir, através de uma narrativa descritiva ou outras técnicas verbais, mensagens visuais não perceptíveis apenas através dos sinais acústicos presentes em textos (áudio)visuais (...) a arte de descrever imagens, objectos, realidades com valor comunicativo essencialmente visualista” (p. 13), ou seja, “ver com os ouvidos”.

Em contextos culturais como museus e galerias de arte, apesar de seguir alguns princípios da audiodescrição fílmica, é necessário ter em conta alguns aspectos próprios. Neves (2011) destaca alguns pormenores aquando do processo da AD de imagens estáticas:

A audiodescrição de imagens estáticas obedece aos cânones da audiodescrição em termos genéricos e permite uma pluralidade de abordagens. A estratégia e o estilo de AD serão ditados pela natureza da imagem e a função comunicativa da mesma no contexto em que se encontra. Uma imagem que necessite de audiodescrição raramente aparece descontextualizada. Será sempre de ter em conta toda a informação explícita e implícita do contexto em que a mesma se enquadra. (NEVES, 2011, p. 29)



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

Neves (2011) acrescenta que a “audiodescrição museológica será condicionada por fatores como a missão do museu, o tipo de acervo (pintura, escultura, artefactos, ...), a filosofia do museu e a dinâmica da sua relação com o meio e com os visitantes” (p. 26). Partindo deste pressuposto, AD tem um papel fundamental na mediação e integração de pessoas com deficiência visual, proporcionando autonomia destes, no meio cultural e um aumento da afluência deste público aos espaços culturais.

Ademais da técnica “tradicional” de AD, ou de exploração, onde a pessoa “vê” através dos textos, Neves (2011) classifica também a AD como de exploração, onde a pessoa explora através do tato, e a AD de orientação espacial, onde a pessoa é guiada nos espaços físicos do museu.

Normas e recomendações

Assim como outras modalidades da TAV, a AD também deve seguir um conjunto de normas e recomendações para a sua elaboração. Embora sejam pouco numerosos os guias que abordam a temática no âmbito museológico, é possível extrair alguns fundamentos dos guias existentes voltados para a AD fílmica. Neves (2011) em seu guia *Imagens que se ouvem* sugere algumas competências e habilidades técnico-científicas que o audiodescritor deve ter ao elaborar um texto com AD:

Qualquer pessoa que queira produzir conteúdos para audiodescrição, independentemente da sua área de formação, domínio científico ou contexto profissional, terá maiores competências se possuir conhecimentos e dominar técnicas específicas, necessárias ao bom desempenho nesta área. Uma vez que estamos perante um serviço, em primeiro lugar torna-se essencial ter noções básicas sobre a psicofisiologia da visão e da cegueira. (NEVES, 2011, p. 15)

Neves (p. 15) também destaca a relevância do “domínio da expressão (escrita e oral) em língua portuguesa, nas suas vertentes funcional e criativa, ferramenta sem a qual



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

é impossível trabalhar em audiodescrição”. À vista disso, o audiodescritor deve dominar a língua de trabalho e a linguagem técnica adequada aos espaços culturais.

Para além de competências linguísticas, o profissional deve possuir “o domínio de técnicas vocais e de locução, bem como conhecimentos básicos sobre a produção e pós-produção audiovisual” (Neves, 2011, p. 15).

De um modo geral, Neves (2011) enfatiza aspectos importantes para o desenvolvimento de um texto com AD, como, “as técnicas de escrita simples, valorizando a clareza, a simplicidade estrutural e a fácil descodificação, [que] deverão ser sempre o ponto de partida na escrita de qualquer guião de AD” (p. 17).

A norma britânica *ITC Guidance on Standards for Audiodescription* (2000) ressalta a importância do uso dos verbos no tempo presente, a prioridade dada as informações que devem ser transmitidas, evitando, se possível, a repetição de palavras e o uso de pronomes pessoais.

Outro ponto destacado por esta norma é a neutralidade que deve ser assumida face à descrição de características, evitando, por exemplo, o uso de adjetivos que transmitam concepções pessoais, como, por exemplo, “feio” e “bonito”.

As orientações propostas pelo *Art Beyond Sight* (Axel et al., 1996), em termos de audiodescrição museológica, são as mais abrangentes. Ao todo, 16 critérios abordam desde questões relacionadas com o espaço físico até sugestões de exploração tátil por parte dos visitantes.

No que se refere a composição dos textos, este modelo destaca o fornecimento de detalhes vívidos, ou seja, a descrição deverá ser mais vívida e particularizada, e o uso de palavras específicas, o uso de uma linguagem clara e precisa é importante para qualquer descrição.

Por fim, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) determinou, através da norma ABNT NBR 16452:2016, que o roteiro “deve ser redigido com coerência, coesão, fluidez, sintaxe objetiva, orações com sentido completo e tempo verbal no presente do indicativo”.



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

No geral, estas normas reforçam o uso de linguagem mais clara e objetiva, proporcionando um texto mais fluido, com foco nos elementos de maior relevância de uma obra no momento da descrição e no valor social e histórico em que está inserido.

Objetividade *versus* Subjetividade

As normas e recomendações para a elaboração de um texto de AD acima mencionadas referem a importância de uma linguagem simples, clara e objetiva, mas, ao mesmo tempo, com riqueza em detalhes e, apesar da “simplicidade” lexical, com a sugestão implícita de um tom poético, o que claramente constitui uma contradição face à objetividade que se pretende para estes textos.

O conceito de *ekphrasis* proposto por Pujol & Orero (2007) caracteriza descrição poética de uma obra de arte pictórica ou escultural, uma espécie de “pintura sonora”, que sugere mais do que explicita, dando às pessoas a oportunidade de apreciar a arte de uma outra forma. Os autores consideram esta ideia como “a literary figure that provides the graphic and often dramatic description of a painting, a relief or other work of art” (p. 49), que pode incluir “elements that can be considered objective, whereas other elements are completely subjective” (p. 53).

Neves (2008), em seu texto *Sound Painting – audio description in another light*, acrescenta que a proposta de Pujol & Orero se adequa tanto aos “sinais claros” quanto aos “sinais ambivalentes”.

Neves (2008) apresenta o conceito de *Sound Painting* a partir de uma definição de Spitzer (1962, p. 72) “if ekphrasis is a ‘poetic description of a pictorial or sculptural work of art’, sound painting, that suggest rather than explicitates, will give people an opportunity to appreciate art” (p. 3).

A autora define este conceito como “realistic, “easy-to-name” images [that] seem less of a problem to describe, but what characterizes art is what lies beyond what can be



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

objectively seen (and named)” (2008, p. 2) e acrescenta que “subjectivity is inherent to art, and most often than not, what makes a work of art breathe is its poesis” (*ibidem*).

Tal definição já havia sido mencionada por Orero & Pujol, através do conceito de *Ekphrasis*, ou seja, dar vida a arte. Neves (2008) sugere o conceito de *Sound Painting* concretizando as propostas anteriores e propondo uma maneira para resolver esta dicotomia.

Estes dois conceitos – *ekphrasis* e “sound painting” – agudizam o hiato entre Brasil e Portugal, uma vez que o primeiro tende a ser mais objetivos nos textos de AD, evitando a todo o custo as interpretações, e o outro que, apesar de não encorajar as interpretações condescendentes, afigura-se mais subjetivo, poético e rico de detalhes.

Reflexões

A Arte por natureza tendo a ser subjetiva, portanto, tentar impor a objetividade em uma manifestação que naturalmente é subjetiva e que apresenta sempre uma interpretação também subjetiva é, na nossa perspectiva, contraditório.

Neste sentido, Neves (2011, p.64) declara que a “dicotomia objectividade/subjectividade deverá ser acrescentado um terceiro factor, a expressividade. (...) Uma AD expressiva não será necessariamente subjectiva, da mesma forma que uma linguagem clara ou simples não implica que se esteja perante uma descrição objectiva”.

Sendo assim, como descrever a arte que por natureza já é subjetiva? Esta ideia é particularmente relevante se consideramos a forma como a vemos, que muitas das vezes também é subjetiva. Estas questões estão sempre dependentes de quem somos, das experiências, tanto sociais, quanto culturais, e da nossa visão de mundo.

Para além disto, Neves (2008, p. 2) afirma ainda “how can an audio description offer that “extra layer” that is felt rather than spoken? How effective is an objective description of a piece of art, when art is meant to be subjective?”. Por outro lado, as



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

restantes normas já elencadas recomendam um texto vívido, imaginativo e com o uso de metáforas, logo, como ser objetivo aquando do processo de elaboração dos textos?

Em suma, com este trabalho, o nosso objetivo residiu em refletir sobre a dicotomia objetividade vs. subjetividade, mais do que apresentar uma resposta definitiva para resolver este impasse. Identificamos nas normas e recomendações relativas à AD a sua postura face a esta dicotomia, destacando também as incoerências patentes. Assim, defendemos que a arte é por natureza subjetiva e, como tal, tende a aceitar interpretações e visões subjetivas, sem que com isto seja condescendente. É por isso que os autores mencionados acima propõem as alternativas ekpfrásicas e de “sound painting”.

Referências

Axel, E. S., Hooper, V., Kardoulias, T., Keyes, S. S. & Rosenberg, F. (1996). Art Beyond Sight's Guidelines for Verbal Description Adapted from Making Visual Art Accessible to People Who Are Blind and Visually Impaired, Art Education for the Blind. URL: <http://www.artbeyondsight.org/handbook/acs-guidelines.shtml>

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

Dodd, J. & Sandell, R. (1998). Building Bridges: Guidance for museums and galleries to develop new audiences. Londres: Museums and Galleries Commission.

Garcia, A., Mineiro C., & Neves J. (2017). Guia de Boas Práticas de Acessibilidade, Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural (DGPC) & Instituto do Turismo de Portugal. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicos/acessibilidade/guiacomunicacaoacessivel_inclusiva.pdf

Greco, G. M. (2018). The nature of accessibility studies. Journal of Audiovisual Translation, 1(1), 205-232.

Independent Television Commission (ITC). ITC Guidance on Standards for Audio Description. URL:



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

http://www.ofcom.org.uk/static/archive/itc/uploads/ITC_Guidance_On_Standards_for_Audio_Description.doc

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (S.D.). Decreto-Lei N° 46/2006 De 24 de fevereiro - prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes à exposição dos trabalhadores respeitantes à exposição dos trabalhadores aos riscos devidos a vibrações mecânicas.

Motta, L. & Romeu, P. (2010). Audiodescrição – Transformando imagens em palavras. Secretaria de Estados dos Direitos das Pessoas com Deficiência & Governo do Estado de São Paulo.

Neves, J. (2018). Cultures of accessibility Translation making cultural heritage in museums accessible to people of all abilities. In Harding, S-A. & Cortés, O. C. (Ed.), *The Routledge Handbook of Translation and Culture* (pp. 415-430). Oxon & Nova Iorque: Routledge.

Neves, J. (2011). *Imagens que se ouvem – Guia de Audiodescrição*. Leiria: Instituto Nacional para a Reabilitação & Instituto Politécnico de Leiria.

Neves, J. (2008). Soundpainting: audiodescription in another light. Comunicação apresentada em th International Conference & Exhibition on Language Transfer in the Audiovisual Media – Languages & The Media, Berlim, Alemanha (29-31 outubro de 2008).021

Organização Mundial da Saúde (1989). *Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (handicaps): um manual de classificação das conseqüências das doenças*. Lisboa, 1989.

Organização Mundial da Saúde (1997). *Classificacion internacional de las deficiencias actividades e participacion: um manual de las dimensiones de la inhabilitacion e su funcionamiento*. Genebra, 1997. (Versão preliminar).

Pujol, Joaquim & Pilar Orero. (2007). Audio Description Precursors: Ekphrasis and Narrators. *Translation Watch Quarterly*, 3:2, 49-60.

Romero-Fresco, P. (2018). In support of a wide notion of media accessibility: Access to content and access to creation. *Journal of Audiovisual Translation*, 1(1), 187-204.

Sasaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.



II COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS

Verdade, Interculturalidade e Práticas inclusivas

Sasaki, K. R. (2005). Inclusão: o paradigma do século 21. *Inclusão – Revista de Educação Especial*. URL: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>

World Health Organization (WHO), The World Bank. Relatório mundial sobre a deficiência; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. – São Paulo : SEDPcD, 2012. 334 p.